

RESENHA

DINIZ, José Alexandre, DUARTE, Aloísio Copdeville. *A região cacauzeira da Bahia*. Série Estudos Regionais, n.10, 294p., Recife: SUDENE, 1983.

A região cacauzeira sempre teve um papel de destaque no contexto do Estado da Bahia, principalmente no período em que a atividade cacauzeira era o sustentáculo da economia. Contudo, a partir da década de 60, com o início do processo de industrialização da Bahia, essa função vem se enfraquecendo gradativamente, devido à montagem de complexos industriais, em torno de Salvador, de agroindústrias modernas, localizados principalmente no Oeste Baiano e Submédio São Francisco, e de indústrias de papel e celulose no Extremo Sul do Estado, além da expansão da atividade turística em Salvador, Porto Seguro, entre outras. Aliado a esses aspectos, a região cacauzeira também vem sofrendo a ação devastadora da vassoura de bruxa — praga que destrói os pés de cacau. É nesse contexto de caminhos e (des)caminhos da região cacauzeira que se insere esta resenha sobre o livro *A região cacauzeira da Bahia*, de autoria de José Alexandre Diniz e Aloísio Copdeville Duarte, publicado pela SUDENE em 1983. Esse livro pode ser considerado como um manual de análise regional. É composto de uma introdução, cinco capítulos, conclusões, recomendações e anexos estatísticos. É bastante ilustrado, tem 295 páginas e é de extrema importância para os analistas regionais e para quem deseja conhecer melhor a complexidade têmporo-espacial que envolve o território baiano.

Os professores Aluísio Duarte e José Alexandre Diniz fazem parte de correntes de pensamento diferentes no contexto da Geografia. O primeiro, aposentado, ex-professor da PUC-RJ e ex-pesquisador do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode ser encaixado na postura crítica/marxista da Geografia. Tem uma larga experiência na pesquisa regional, apresentando um nome de peso nos assuntos relacionados a Regionalização, Metodologia da Geografia e outros. É autor de vários artigos, dentre os quais podemos destacar Regionalização: reflexões metodológicas, publicado pelo Boletim de Geografia Teorética, em 1980; já o professor José Alexandre Diniz, também aposentado, assume uma postura neo-positivista na Geografia. Tem uma larga experiência em pesquisas relacionadas a Regionalização Agrária

e Subsistemas Urbano-regionais. É autor de ampla produção científica, envolvendo livros e artigos. Merecem destaque os livros *Geografia da Agricultura*, publicado pela Difel em 1984; *A área centro-ocidental do Nordeste*, publicado pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1982, dentre outros.

Em *A região cacaueira da Bahia*, na parte introdutória, que inclusive é uma das partes mais importantes do trabalho, devido à determinação do arcabouço teórico-metodológico, os autores chamam a atenção para o grande acervo bibliográfico sobre a região, mas ao mesmo tempo propõem uma nova análise geográfica do espaço regional com base no conceito de totalidade social, haja vista as tradicionais abordagens não são suficientes para o real entendimento da complexidade regional. Enquanto totalidade social, a região é produzida por uma sociedade no decorrer dos tempos. Na perspectiva de dar sustentáculo a esse fundamento, utilizam os conceitos de processos sociais, estrutura produtiva e estrutura de comercialização do cacau, completando com outras variáveis, como, recursos naturais, população, consumo e distribuição de bens e serviços. A divisão dos capítulos segue as análises desses conceitos que se articulam constantemente. Para ser bem compreendido, é necessário que o livro seja lido seqüencialmente. Na parte metodológica, eles delimitam a área de estudo, segundo alguns critérios, tais quais: 1) Ser área do sistema cacaueiro; 2) A agricultura ser voltada para o cacau; e 3) Estar sob influência de Ilhéus-Itabuna. A região de estudo foi aquela que apresentou duas dessas características. No que se refere às informações e dados, a equipe realizou saídas de campo e aplicou questionários (fonte direta), além de consultas a censos e outros (fonte indireta). Após a catalogação e mapeamento dessas informações, a região foi delimitada em 41 municípios.

O primeiro capítulo, por sua vez, é bastante rico na base teórico-conceitual, em que os autores buscam a explicação da região através da sua gênese. Aprofundam o conceito de região enquanto totalidade social que, segundo eles, a região é produzida por uma sociedade através dos tempos à medida que se forma a sua base econômica. Contém, então, passado e presente, devido às marcas que se perpetuam no tempo. Daí a necessidade de resgatar a sua história através das relações sociais (que, no caso, são apropriação e controle do uso do solo para agricultura). Além disso, eles afirmam que a região se forma quando a estrutura social está definida e seus interesses se embatem com outros espaços de relações sociais diferentes. Dois entendimentos se explicitam a partir de então: 1) A região é moldada através das relações inter e intra espaços e que isso só é possível em sociedades de

classes; e 2) Quando não ocorrer mais a presença de elite local, específica, a região desaparece. Por outro lado, os autores, na perspectiva de melhor entender a gênese regional, periodizam as relações sociais, pois afirmam que as mesmas têm expressão territorial. Foram determinados 4 períodos relevantes: 1) Formação da região (Os primeiros 30 anos deste século); 2) Afirmação regional (Década de 40); 3) Crise regional (Década de 50); e 4) Reafirmação regional (A partir da década de 60). Ainda no primeiro capítulo, os autores definem as estruturas espaciais pretéritas e, para tanto, destacam que, enquanto totalidade, a região é constituída de forma, conteúdo e estrutura, sendo essa a expressão de diferentes funções, relações e morfologias. Assim, o espaço regional pode ser diferenciado em estruturas que explicam a totalidade espacial. Por outro lado, o entendimento da forma, do conteúdo e da construção de estruturas espaciais passam pela determinação dos elementos investigados que, nesse caso, foram os lugares (cidades, vilas etc.) e áreas (municípios). A partir de então, são feitas as superposições das estruturas, dentro dos referidos períodos. Na formação da região, a forma encontrada na estrutura espacial era nucleada e litoralizada, onde se realizava a função comercial. O conteúdo regional muda, à medida que avançam de locais de pesca para locais de comercialização; no período de afirmação regional, a forma é a de interiorização com presença marcante de Ilhéus e Itabuna. Continuava a estrutura espacial concentrada. As funções dos centros eram de articularem e fortalecerem o comércio. Para tanto, os líderes locais investiram em infra-estrutura, dando um novo conteúdo à região; no período da crise regional, a forma e o conteúdo ainda expressavam, inicialmente, a fase anterior, mudando o conteúdo, a partir da mobilidade populacional; e, na reafirmação regional, a forma encontrada na estrutura espacial era a de fragmentação do território, devido às emancipações municipais. O conteúdo mudou, na medida em que cada unidade criou relativa autonomia de ação. Daí em diante, os investimentos se diversificaram, e a interação espacial se fortaleceu, proporcionando uma desconcentração espacial.

Seguindo o primeiro capítulo, os autores admitem forma e estrutura como tendo expressão visual, podendo, entretanto, ser cartografadas. Essa cartografia é chamada de marco espacial. Assim, num esforço teórico/conceitual, os autores, através da relação teoria/realidade objetiva, definem, sem coincidência com a periodização, três marcos espaciais: 1 - atomização espacial; 2 - integração espacial; e 3 - hegemonia de Ilhéus e Itabuna, que é o marco atual. Nota-se o esforço da análise integrada dos elementos no espaço e no tempo. Apesar da descontinuidade entre marco espacial/periodização, a aná-

lise não se enfraquece, considerando que as formas, devido a suas resistências no tempo, podem dificultar o olhar do pesquisador.

O segundo capítulo, relacionado à estrutura da produção, é bastante ilustrativo, analítico e com o uso constante de técnicas estatísticas/cartográficas. Inicialmente, são mapeadas as formas do uso do solo agrícola, tomando como base um estudo anterior sobre agrossistema. Destacam-se as formas cacauieira, pastoril, subutilizadas úmidas e policultura. Seqüenciando o capítulo, utilizam o índice de Gini e concluem que a distribuição das terras na região é bastante eqüitativa e com predomínio de médias e de pequenas propriedades, exceto em poucas áreas, como, Camamu, Itororó e Santa Cruz, onde são encontradas, com maior freqüência, grandes extensões. Por outro lado, ocorre o predomínio de propriedades individuais e, nas proximidades de Ilhéus, um forte absenteísmo. Os autores concluem também que as relações de trabalho vêm sofrendo mutações, posto que, devido à ação dos grileiros, a mão-de-obra assalariada se fortalece. Ou seja, a mão-de-obra assalariada se encaixa bem na cultura especulativa do cacau que, conseqüentemente, apresenta nítida divisão social do trabalho, expressando a estratificação socioespacial da região. A produtividade, por sua vez, varia espacialmente, podendo apresentar alta produtividade com uso de técnicas avançadas, até baixa produtividade, com técnicas rudimentares. Diante da análise das variáveis, o capítulo é concluído com um mapeamento da organização do espaço produtivo: core cacauieira, core pastoril e área cacauieira tributária; e subáreas de cacauieira central, espaços subutilizados meridionais e setentrionais, cacauieira setentrional e pastoril cacauieira.

No terceiro capítulo, segue a análise de outro elemento da estrutura espacial - a estrutura da comercialização — ainda com o uso das técnicas cartográficas. Os autores, para iniciar, definem os elementos da estrutura da comercialização — objetivo, objeto, sujeito e as funções da atividade, e buscam as articulações deles no decorrer dos tempos históricos, para melhor compreensão da complexidade presente. Para tanto, são selecionadas duas fases da comercialização do cacau no passado: o livre comércio e a intervenção estatal, além da comercialização atual. As articulações entre esses elementos aparecem bem estruturadas, inclusive nos períodos mais recentes. Desde então é clara a visão hegemônica de Ilhéus e Itabuna. No livre comércio, afirmam que o grande objetivo da comercialização era o mercado externo. O livre comércio tinha um movimento interno — com presença de intermediários e de casas comissárias — e externo — exportadores e países consumidores —, propiciando uma concentração fundiária e uma forma atomizada

e dispersiva de produção. A partir de 1929, o Estado interfere na economia do cacau, criando o — Instituto de Cacau da Bahia (ICB), favorecendo o crédito, diminuindo as taxas de juros e monopolizando o transporte, armazenamento, industrialização e compra/venda do produto. Isso só vai diminuir após os anos 50, mas o produto tem queda no mercado externo e, dessa vez, é o Governo Federal que intervém através do crédito e do controle de preços, o que provocou o câmbio negro do produto e a descapitalização da região. Com a criação do Centro de Pesquisas do Cacau (CEPLAC), alterou-se o objeto e o objetivo da comercialização na medida em que se busca aprimorar a qualidade e o padrão do cacau, e exportar desde amêndoas até semi-industrializados. Com isso, diversos agentes se fazem presentes nesse processo, como o agente comercial primário; agente credenciado para firmas exportadoras; casas (exportadoras ou industriais); cooperativas etc. No que se refere às funções de comercialização, destacam-se a especulação e a armazenagem (operações de intercâmbio); o escoamento (função física); classificação e padronização (funções auxiliares). Por fim, os autores, através das variáveis funções comerciais e funções exercidas por órgãos, hierarquizam os centros em quatro níveis, tendo Ilhéus e Itabuna no primeiro nível.

Já no quarto capítulo, os “outros” elementos da estrutura espacial são analisados. Inicia-se com um rápido comentário sobre os recursos naturais, destacando as áreas mais propícias para a cultura do cacau em termos pedológicos e termo-pluviométricos. Embora os autores buscassem valorizar o potencial ecológico, a análise ficou extremamente curta e, até certo ponto, descusturada com os outros níveis analíticos do trabalho. Através de intenso uso de técnicas estatísticas/cartográficas, seqüenciam o capítulo, comentando sobre a estrutura espacial da população, revelando o acentuado crescimento populacional da região no período 1940-80, chegando a ser até mesmo superior ao crescimento populacional da Bahia, do Nordeste e do Brasil, em alguns períodos. Merecem destaque os municípios de Ilhéus e Itabuna. Esses dois centros, por sua vez, são a cabeça da rede urbana regional, pois polarizam extensas áreas. Para compreender isso, os autores listam 35 funções centrais, utilizando o Método estatístico de Palomaki e os cálculos dos coeficientes de correlação inter e intra-classe. Mais na frente, com o uso de novas variáveis, eles refutam parte dessas conclusões. Contudo, concluem, surpreendentemente, que o peso da maior população em Ilhéus e Itabuna não é determinante para as maiores concentrações de bens e serviços, e sim interesses de ordem político-econômica.

No quinto e último capítulo, buscam-se entender as contradições entre a equilibrada distribuição espacial da produção e de terras e a distribuição

desigual dos seus benefícios. Para uma maior clareza da desigual distribuição de riqueza, os autores cartografam o consumo de alguns produtos do comércio varejista, energia elétrica, infra-estrutura social (educação, saúde) etc. e confirmam a forte concentração em Ilhéus e Itabuna, mantendo um papel de dominação perante os outros centros. Com base na Teoria das Centralidades, Itabuna e Ilhéus ocupariam o poder de lugar central, por possuir o mais alto nível de bens e serviços. Contudo, em função de análises da estrutura da receita do comércio e do fluxo de bens e serviços entre os dois centros, os pesquisadores notaram um desvio entre o modelo teórico e a realidade. A área de influência de Ilhéus, como localidade central, é muito restrita, atendendo apenas à sua população. Por outro lado, Itabuna não é apenas um centro regional de posição mais elevada. Distribui bens e serviços raros e freqüentes. Segundo eles, a região não apresenta uma hierarquia de centros urbanos com níveis escalonados. A distância entre os dois centros e o restante da região é enorme e representa uma estrutura que vai além da distribuição de bens e serviços. Relaciona-se, isto sim, com as relações econômicas da comercialização do cacau, a drenagem da renda dos lugares em favor de Ilhéus e Itabuna. A partir de então, os autores alcançam um ponto crucial, que é a definição da estrutura espacial da referida região. Essa reflete as estruturas de produção e comercialização do cacau e a distribuição de bens e serviços pelo espaço regional. Tudo isso é expressão da ação desigual dos agentes envolvidos na política regional. A estrutura da região cacaueira é constituída por duas unidades espaciais: núcleo regional (local de produção, de poder e local de gestão regional: Itabuna e Ilhéus); e o espaço tributário, cujas especificidades internas determinam três tipos:

a) espaço tributário tradicional (antiga área de ocupação litorânea. Ex. Marau, Camamu etc.);

b) espaço tributário dinâmico (noroeste e nordeste de Ilhéus e Itabuna. Ex. Ubatã, Gandu, Ipiaú etc);

c) espaço tributário de transição (a oeste de Ilhéus e Itabuna. Ex. Almadina, Itororó etc.).

Na parte conclusiva do trabalho, os autores destacam que a região cacaueira é, em verdade, constituída por 39 municípios. Isso vai de encontro à regionalização agrária do Nordeste e à microrregião cacaueira do IBGE (atualmente com a nova regionalização do Brasil proposta pelo IBGE, a referida região deixa de ser chamada de cacaueira para se chamar microrregião geográfica de Ilhéus-Itabuna). Afirmam, também, que a região apresenta especificidades, como, a monocultura cacaueira, especulação da lavoura, ausência da

questão fundiária. Por isso, precisa de tratamento também específico. Por último, dizem que a região é sustentáculo da economia baiana.

Como o livro foi feito num período em que a Bahia estava em processo de industrialização, algumas informações já estão desatualizadas, como por exemplo, a lavoura cacaueteira como sustentáculo da economia baiana. Na verdade, a economia cacaueteira vem sofrendo, nos últimos anos, a maior crise da sua história, proporcionada, inclusive pela *vassoura de bruxa* — praga que vem destruindo gradativamente os pés de cacau — e por outros fatores destacados, no início, que estão exigindo um novo perfil econômico para a região, calcado na policultura e no turismo. Contudo, a atualização dessas informações não invalidariam o tratamento teórico-metodológico adotado. Pelo contrário, pode até fortalecer. É um trabalho de expressão e ousado, na medida em que foi realizado no auge do movimento Geografia radical que criticava ferrenhamente, a Geografia Teórica/Quantitativa. Diante disso, os autores fugiram dos extremos das duas correntes de pensamento e amarraram, satisfatoriamente, a base teórica de análise, de caráter marxista/estruturalista, com o tratamento metodológico quantitativista, comumente usado pela Geografia Teórica/Quantitativa, dissimulando as dificuldades e os comprometimentos dos resultados. Por outro lado, uma atualização deste trabalho poderia trazer maiores contribuições, se os aspectos políticos e culturais fossem também valorizados nas análises. Inclusive, o pressuposto teórico/conceitual dos autores valorizam a dimensão superestrutural. Só que é a dimensão econômica que prevalece nas análises.

Antônio Ângelo Martins da Fonseca
Prof. Assistente do Dep. de Ciências Humanas e Filosofia
Mestre em Arquitetura e Urbanismo — UFBA